

Jornalismo para a Paz: uma proposta de aplicação para análise de coberturas sobre homofobia¹

Diuan Feltrin²

Resumo

Por meio da perspectiva teórica dos Estudos para a Paz (*Peace Studies*), este estudo analisa como o Jornalismo para a Paz (*Peace Journalism*) se enquadra como possibilidade teórica e metodológica na análise de narrativas jornalísticas em contextos de violência de ordem social, constituindo-se como alternativa diante das formas tradicionais de construções jornalísticas. Apresenta fundamentações teóricas sobre a multidisciplinaridade do campo dos Estudos para a Paz, que contempla a comunicação e o jornalismo. Empiricamente, apresenta análises de conteúdo de coberturas do Portal G1 sobre homofobia nos meses de maio e junho de 2023, para verificar se prevalecem abordagens voltadas à paz ou à violência. Infere-se que esta abordagem viabiliza a leitura crítica dessas narrativas e propõe novos caminhos para as construções jornalísticas.

Palavras-chave: Jornalismo para a Paz. Análise de conteúdo. Homofobia.

Peace Journalism: an application proposal for analyzing coverage of homophobia

Abstract

Through the theoretical perspective of Peace Studies this study analyzes how Peace Journalism fits as a theoretical and methodological possibility in the analysis of journalistic narratives in contexts of social violence, constituting itself as an alternative to the traditional forms of journalistic constructions. It presents theoretical foundations on the multidisciplinary of Peace Studies, which include communication and journalism. Empirically, it presents content analysis of the coverage of the Portal G1 on homophobia in the months of May and June 2023, to verify if approaches focused on peace or violence prevail. It is inferred that this approach enables a critical reading of these narratives and proposes new paths for journalistic constructions.

Keywords: Peace Journalism. Content analysis. Homophobia.

¹ Uma versão preliminar do artigo foi submetida ao 21º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBP-Jor), realizado em novembro de 2023. Pesquisa realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), - processo nº 2022/07502-0.

² Doutorando do programa de pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da Unesp (Universidade Estadual Paulista) de Bauru-SP. Desenvolve pesquisa com auxílio da Fapesp - processo nº 2022/07502-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). E-mail: diuan.feltrin@unesp.br.

Introdução

Violência e paz são conceitos marcados por complexidades³. Se considerarmos o entendimento reducionista prevalecente no senso comum, de que a paz significa a ausência de violência, excluimos quaisquer possibilidades de análises críticas e aprofundadas a respeito desses fenômenos sociais. Para além dessa percepção, as perspectivas apresentadas pelo campo teórico dos *Peace Studies* – Estudos para a Paz (EPP) – caminham na direção de tensionar os conceitos de violência e paz e, com isso, garantir reflexões mais amplas diante das estruturas subjacentes às realidades de conflito (Ferreira, 2019). Este campo reorientou o modo como as ciências sociais compreendem tais fenômenos, ultrapassando binarismos e propondo caminhos epistemológicos para o reconhecimento, denúncia e ressignificação de realidades de violência.

A complexidade do objeto central determina o viés essencialmente multidisciplinar dos EPP (Ferreira, 2019). Interessa-nos a amplitude epistemológica e metodológica proporcionada por esse arcabouço teórico, que também agrega o campo da comunicação. Por se tratar de um fundamento orientado para a compreensão e possível ressignificação de conflitos, urge considerar o papel exercido pela comunicação midiática no fortalecimento de narrativas que naturalizam violências; inferimos que, a depender do direcionamento comunicacional assumido, estruturas de violência podem ser naturalizadas e legitimadas.

A comunicação para a paz sustenta-se no objetivo central de enfrentar a violência enraizada nos discursos e práticas sociais, denominada como violência cultural (Galtung, 1969, 2003), haja vista que, se a violência pode ser aprendida e naturalizada, ideais de paz também têm o potencial de se tornarem princípios orientadores da sociedade (Cabral; Salhani, 2017). Nesse sentido, trata-se de um modelo comunicacional que “pede responsabilidades e propõe alternativas de soluções pacíficas dos conflitos” (Nos Aldás; Seguí-Cosme; Rivas Machota, 2008, p. 14, tradução nossa⁴).

Em contextos de violência, a comunicação é prática estratégica para análises sobre os fenômenos sociais, de modo que, a comunicação para a paz privilegia as diversidades

³ Discorrer sobre a complexidade que perpassa os conceitos de paz e violência significa dizer que se tratam de formulações que vão muito além das explicações reducionistas e maniqueístas. Assumimos a noção de complexidade conforme Morin (2019), que define o pensamento complexo como aquele que busca o conhecimento multidimensional, o que requer uma leitura da realidade a partir da interpretação de fenômenos. Nesse sentido, no escopo dos Estudos para a Paz, paz e violência não são compreendidos como meros conceitos antagônicos, mas como estruturas subjacentes à intrincada dinâmica social.

⁴ No original: “Una comunicación que pide responsabilidades y propone alternativas pacíficas y soluciones”.

locais e a pluralidade no processo de ressignificação dos conflitos, na busca por ações que tenham a cultura de paz como finalidade (Arévalo Salinas, 2014; Vicente, 2015). Uma possível aplicabilidade da comunicação para a paz se dá na perspectiva jornalística denominada *Peace Journalism*, Jornalismo para a Paz (JP), um itinerário teórico e metodológico que auxilia no enfrentamento da naturalização da violência nas construções de narrativas noticiosas.

Neste estudo, aplicamos as categorias do JP para a análise de conteúdo (Bardin, 2011) de textos jornalísticos produzidos pelo portal G1, do Grupo Globo, nos meses de maio e junho de 2023, que tiveram como tema a violência homofóbica que, conforme as tipologias de violência apresentadas por Galtung (1969; 2003), se configura como violência cultural e, desse modo, legitima expressões de violência direta. O recorte considera a proximidade do Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, celebrado em 28 de junho, período em que pautas sobre a temática costumam contar com maior destaque nas coberturas midiáticas. Por meio das análises, demonstramos como o JP pode auxiliar teórica e metodologicamente as investigações que tenham como foco compreender se, nas narrativas jornalísticas, prevalecem direcionamentos centrados no conflito ou se existem esforços orientados à ressignificação.

230

Breves notas sobre os Estudos para a Paz

Os Estudos para a Paz (EPP) emergiram a partir dos mesmos fenômenos que inspiraram o advento das Relações Internacionais: as duas guerras mundiais e a questão atômica (Maschietto; Nobre; Nogueira, 2019). Trata-se de uma escola teórica genuinamente multi e transdisciplinar, isto é, diversos campos do saber prestam contribuições com vistas à finalidade central de se compreender as estruturas subjacentes aos conflitos. O campo se consolida na década de 1960 com o advento de institutos na Europa e nos Estados Unidos que tinham o fenômeno paz como objeto de investigação, entendido aqui não somente como ausência de violência, mas como um conceito complexo, intrincado e eminentemente social (Pureza, 2000; Ferreira, 2019). Nos princípios basilares dos EPP, a guerra é apenas mais um tipo de violência existente na sociedade contemporânea, de modo que “o estudioso de paz não se engaja somente em compreender a guerra, mas também outros processos violentos e conflitos da sociedade” (Ferreira, 2019, p. 65). Ademais, o

campo possibilita investigações de teor crítico diante de estruturas que engendram violência na sociedade, sobretudo oriundas de processos estruturais ou culturais.

Um importante marco para a consolidação dos EPP é o advento do *Peace Research Institute of Oslo* (PRIO – Instituto de Pesquisa sobre a Paz de Oslo), iniciativa do sociólogo e matemático norueguês Johan Galtung. Fundada em 1959, trata-se da primeira instituição a assumir os Estudos para a Paz como conceito epistemológico (Pureza; Cravo, 2005) e, com isso, amplia as possibilidades de investigações sobre a paz. O instituto apresentou novos horizontes aos estudos que até então tinham as guerras como objeto central, e agregou temáticas sociais importantes, como a justiça, a equidade, bem-estar, direitos sociais, entre outras possibilidades de resoluções pacíficas de conflitos (López Becerra, 2011). No campo dos EPP, a guerra é entendida como mais uma expressão de violência, em meio a tantas outras existentes na sociedade. Desse modo, diversas vertentes passaram a integrar o rol das pesquisas referentes aos fatores que culminam em sofrimento humano e social (Ferreira, 2019; Pureza; Cravo, 2005).

A *Peace Research*, ou investigação sobre a paz, tem como princípio a consolidação de uma cultura de paz e, portanto, tensiona as marcas de violência presentes nas estruturas sociais, com vistas para uma possível ressignificação. Galtung (1969; 2003) foi um dos teóricos que expandiu a compreensão da violência ao apresentá-la a partir de três tipologias (triângulo da violência): violência direta, violência estrutural/sistêmica e violência cultural. Para o autor, compreender a violência e suas tipologias abre possibilidades para pesquisas que incidem em ações e políticas concretas (Galtung, 1969).

Galtung (1969; 2003) compreende violência direta como a expressão em que vítimas e agressores são evidenciados; é a violência que deixa marcas expostas, com a culminância de mortes, feridos e destruição e, desse modo, trata-se de um nível superficial da violência, o que tende a excluir possibilidades de reflexões mais amplas sobre suas causas (Cabral; Salhani, 2017). A violência estrutural (sistêmica), na perspectiva de Galtung (1969; 2003), manifesta-se indiretamente, sendo que vítimas e agressores nem sempre são identificados. Apresenta-se, por exemplo, nos sistemas sociais injustos e desiguais, e pode ser observada em situações de descaso do poder público para com a sociedade. Como advertem Maschietto, Nobre e Nogueira (2019, p. 545), entender a violência pressupõe a compreensão de suas causas mais profundas (*root causes*), por isso, o conceito de violência estrutural trouxe novas inspirações para os EPP, sendo que sua relação com a violência direta ressalta valores como emancipação humana, justiça e equidade, bem como

a denúncia sobre estruturas e sistemas excludentes e opressores. “Reforça-se, neste sentido, a dimensão normativa do campo e a compreensão de que outros atores, não apenas os Estados, devem ser levados em consideração na análise da violência e da paz” (Maschietto; Nobre; Nogueira, 2019, p. 545).

A violência cultural, por sua vez, é a mais complexa e, conforme, Galtung (1969), legítima e complementa as outras duas tipologias. Por ocupar uma dimensão simbólica, se apresenta sutil e silenciosamente. Resulta de processos longos e se revela nos discursos sociais, nos produtos culturais e nos sistemas de normas e comportamentos, muitas vezes revestidos com o véu de aparente normalidade (Pureza, 2000; Cabral; Salhani, 2017). A figura 1 ilustra o triângulo da violência de Galtung, de modo que a dimensão direta ocupa o topo, apresentando-se com evidência, enquanto a violência estrutural e a cultural se situam na base, ocupando dimensão invisível (simbólica).

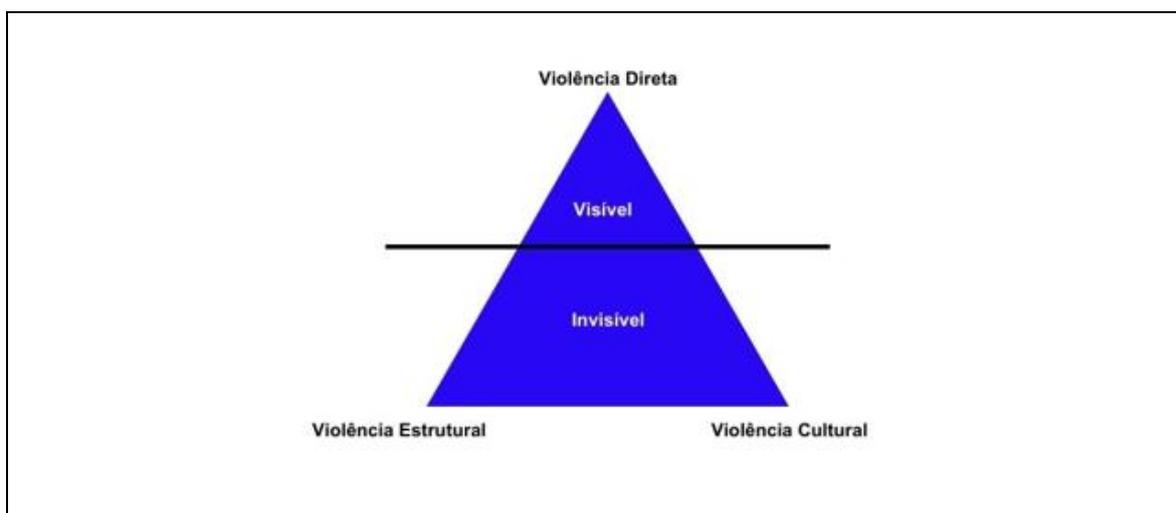


Figura 1: Triângulo da violência, criado pelo autor com base em Galtung (1969; 2003)

No escopo deste artigo, cabem reflexões sobre o papel que a comunicação midiática desempenha na legitimação da violência cultural, que provém, sobretudo, dos ideais de dominação que inferiorizam determinadas parcelas da sociedade, tais como mulheres, negros, população LGBTQIA+⁵, entre outros grupos. A relação entre a homofobia e o conceito de violência cultural é reforçada a partir da concepção apresentada por Borrillo

⁵ A sigla representa e visibiliza lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais, queer, intersexo, assexuais e todos os grupos que não se enquadram nos ditames da heterossexualidade.

(2016). O autor explica que a manifestação da homofobia muitas vezes ocorre sutil e silenciosamente, e está presente em piadas, insultos e representações caricatas que reduzem gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros a elementos jocosos, quando não, grotescos. O autor afirma que, “a simples pressuposição da heterossexualidade constitui, por si só, uma violência simbólica cotidiana contra aqueles que não compartilham esse sentimento, supostamente, comum” (Borrillo, 2016, p. 112).

Galtung (1969) também apresenta a paz a partir de duas perspectivas epistemológicas: paz negativa e paz positiva. A primeira diz respeito à mera ausência de violência direta: é a concepção do senso comum sobre a paz, que a entende simplesmente como não-violência. Já a paz positiva considera o fenômeno de forma crítica e dialética, como pressuposto de uma sociedade integrada, sustentada por ideais de equilíbrio e cooperação, que pressupõe o fim de quaisquer traços de violência estrutural e a constante busca por justiça e isonomia nas relações sociais (Cabral; Salhani, 2017; Ferreira, 2019; Pureza, 2000).

Os conceitos apresentados conferem aos Estudos para a Paz uma dimensão crítica no que tange à análise de conflitos, o que justifica o argumento da complexidade inerente à compreensão da paz, que não pode ser interpretada somente como a ausência de conflitos. Embora tenhamos nos embasado nas formulações de Johan Galtung, existem outras perspectivas teóricas que buscam explicar fenômenos tão marcantes na sociedade.

Comunicação e jornalismo orientados para a Paz

O campo da comunicação contribui efetivamente com os EPP na medida em que apresenta possibilidades para a identificação de narrativas que (re)produzem violências e, posteriormente, abre caminhos para uma possível resignificação desses cenários. Destarte, compreender a comunicação a partir dos EPP indica o despreendimento epistemológico com visões instrumentalistas que durante anos prevaleceram no campo e concentraram as investigações sobre o processo comunicacional nos polos da emissão e da recepção. A comunicação para a paz se dedica ao que ocorre no entorno desse processo, de modo que olhar o contexto de forma crítica é imprescindível para que se compreenda o impacto da comunicação na legitimação de determinadas lógicas que pautam a sociedade.

Na visão apresentada por Nos Aldás, Seguí-Cosme e Machota (2008), além de auxiliar na ressignificação de narrativas de conflito, a comunicação para a paz propõe novas formas de ação social. Outrossim, desafia a mídia hegemônica, dado que estimula o posicionamento crítico do público para o exercício da cidadania ativa. Segundo os autores, trata-se de

[...] uma comunicação que pede responsabilidades e propõe alternativa de soluções pacíficas dos conflitos. Que seja voltada à criação de discursos sociais de cultura de paz. Discursos que constituam um lugar de encontro. De reconciliação. De construção de uma memória reconciliadora. De uma memória viva e em contínua construção (Nos Aldás, Seguí-Cosme e Machota, 2008, p. 14, tradução nossa⁶).

Para Arévalo Salinas (2014), a ênfase da comunicação para a paz na promoção da justiça social e da democracia atende a proposta da paz positiva formulada por Galtung (1969). Segundo o autor, “os níveis de violência transmitidos pelos meios de comunicação e seus efeitos são coerentes com estratégias de controle social dos grupos de poder” (Arévalo Salinas, 2014, p. 58, tradução nossa⁷). Isso significa que a transmissão de informações que se concentram exclusivamente na violência tende a direcionar o olhar do público somente para aspectos negativos do mundo o que, de forma estratégica, desencadeia sentimentos como desconfiança, pessimismo e medo, limitando a participação popular na esfera coletiva, pois prevalecerá a noção de que tudo está mal e que nada pode ser feito (Arévalo Salinas, 2014).

Em contrapartida, a comunicação orientada para a paz fomenta o engajamento social e o exercício da cidadania ativa como vias de enfrentamento diante de realidades opressoras. Nessa perspectiva, Arévalo Salinas (2014, p. 63) também sugere algumas ações quanto à aplicabilidade da Comunicação para a Paz: a) deve compreender e refletir sobre os problemas de âmbito estrutural; b) motivar o debate sobre alternativas de mudança social; c) considerar a diversidade de opiniões, crenças, percepções e culturas; d) fomentar a cidadania ativa e indignada em contextos de injustiças.

⁶ No original: “Una comunicación que pide responsabilidades y propone alternativas pacíficas y soluciones. De la creación de discursos sociales de cultura de paz. Discursos que constituyan un lugar de encuentro. De reconciliación. De construcción de una memoria reconciliadora. De una memoria educadora viva y en continua Construcción”.

⁷ No original: “Los niveles de violencia que transmiten los medios de comunicación y sus efectos son coherentes con las estrategias de control social de los grupos de poder”.

Uma efetiva aplicabilidade da comunicação para a paz se dá no Jornalismo para a Paz, que apresenta novos significados para as lógicas e esquemas de construção noticiosa. O conceito foi apresentado por Galtung em meados da década de 1970, por meio de articulações entre o jornalismo, a cultura de paz e os Estudos para a Paz (Cabral, Salhani, 2017). O JP nasce da constatação de que nas coberturas jornalísticas em situações de guerra e violência prevalecia a reprodução dos acontecimentos, focados meramente na exposição da violência, sem espaços para contextualizações e reflexões acerca dos processos que culminaram em guerra; com isso, essa perspectiva jornalística reivindica outros esquemas, práticas e rotinas profissionais que possam reorientar os parâmetros atuais da comunicação (Cabral; Salhani, 2017; Arévalo Salinas, 2014).

O objetivo de seu surgimento é contrapor-se ao jornalismo de guerra, dominante, focado na vitória de uns (“nós”) contra a derrota de outros (“eles”). Este processo, voltado para a guerra, não se concretiza por acaso, já que reportar é uma questão de escolha. Deste modo, é possível que editores e repórteres, visando ao desenvolvimento do jornalismo para a paz, façam as escolhas do quê e como reportar, de modo a criar oportunidades à sociedade de considerar e valorar a não-violência como resposta aos conflitos (Cabral; Salhani, 2017, p. 4).

235

O JP segue na contramão dos cânones tradicionais do jornalismo, especialmente no que tange à “objetividade”, compreendida como uma exigência de distanciamento entre o jornalista e o acontecimento noticioso. Arévalo Salinas (2014, p. 65, tradução nossa⁸) explica: “dada a importância social de alguns temas é impossível e eticamente irresponsável não mostrar um compromisso e dar um respaldo frente às situações que violam os direitos humanos e geram exclusão”. Ao encontro desses argumentos, Arévalo Salinas e Farné (2016) consideram que é imprescindível que as abordagens jornalísticas inspiradas na perspectiva do JP promovam o desprendimento com as padronizações estilísticas que moldam o próprio fazer jornalístico. Assim, a prática do JP deve se posicionar contra os abusos cometidos nos diversos âmbitos sociais, de modo que “o compromisso para com a denúncia de fatos e eventos que violam os direitos humanos deve ser transversal à linha ideológica da mídia” (Arévalo Salinas; Farné, 2016, p. 5, tradução nossa⁹).

⁸ No original: “Dada la importancia social de algunos temas es imposible y éticamente irresponsable no mostrar un com-promiso y un respaldo claro ante las violaciones de los derechos humanos y las situaciones de exclusión”.

⁹ No original: “El compromiso en relación a la denuncia sobre hechos y acontecimientos que vulneran los derechos humanos debe ser transversal a la línea ideológica del medio de comunicación”.

As distinções entre o Jornalismo para a Paz e o jornalismo de guerra/violência são apresentadas por Galtung (2006) não com finalidade maniqueísta ou binária, mas sim, de forma pedagógica, com o intento de viabilizar aplicações analíticas e verificar a tendência prevaiente nas narrativas jornalísticas. Ressaltamos que no contexto deste artigo, utilizamos a expressão jornalismo de violência (JV), tendo em vista que o foco de nossa investigação é um conflito de ordem social.

Segundo Galtung (2006), o JP explora a formação dos conflitos e os enxerga integralmente; por isso, prioriza-se a contextualização. É característica do jornalismo orientado para a paz o empenho em ser transparente na divulgação do conflito e considera os efeitos invisíveis da violência. Ademais, é proativo, pois busca a prevenção da violência. Por outro lado, o JV é orientado pela guerra e violência, tendo como foco a arena do conflito: sempre haverá uma parte vencedora e uma perdedora. A situação de dissenso é apresentada de forma obscura, pois tal abordagem ignora as causas que a desencadearam. Ademais, o foco está na violência direta, ressaltando os efeitos visíveis da violência.

O pensador norueguês também afirma que o JP tem a verdade como princípio. O JV, por outro lado, concentra-se em preservar as verdades de apenas um dos lados, o que é denominado como orientação para a propaganda (Galtung, 2006). Ressaltamos que, embora a verdade seja um dos pilares do jornalismo, esta noção é complexa, pois alguns direcionamentos podem se “mascarar” de verdades em um determinado momento sócio-histórico e, posteriormente, virem a se apresentar de forma distinta. O JP, neste sentido, seria direcionado a responder às demandas de um determinado tempo, porém, confrontando as verdades tidas como absolutas, principalmente quando estas fortalecem posicionamentos violentos e hegemônicos.

A terceira característica da abordagem jornalística direcionada à paz corresponde às pessoas. O JP concede espaço às vozes habitualmente silenciadas pelos canais midiáticos, ao passo que no JV prevalecem vozes hegemônicas (Cabral; Salhani, 2017). Finalmente, a última categoria corresponde a como o jornalismo lida com o desfecho dos conflitos. Conforme Galtung (2006), a orientação do JP é voltada para as soluções e age com criatividade com vistas para a superação do conflito; por isso, destaca iniciativas que visam consolidar a paz. Por outro lado, o JV é orientado para a vitória de um grupo sobre o outro e mascara as iniciativas de paz, desde que a vitória de uma das partes tenha sido consumada.

Essas definições acerca do JP demonstram o alinhamento da perspectiva ao que sinaliza o artigo 6º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (Fenaj, 2024), que afirma: “opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos”. A prática jornalística voltada para a paz tem como princípio a dignidade humana e, portanto, atua na identificação e denúncia das lógicas de violência, de modo a traçar possibilidades para ressignificá-las.

Do ponto de vista metodológico, os tópicos do itinerário do JP proposto por Galtung (2006) podem ser utilizados como categorias em análises de conteúdo ou de discurso, além de ampliar o leque de possibilidades para outras metodologias (Cabral; Salhani, 2017). Porém, as categorizações não estão restritas às propostas de Galtung; a depender do contexto em que a pesquisa está inserida, outras categorias podem ser utilizadas, a depender das necessidades do pesquisador frente ao universo sociocultural no qual se concentra.

Destacamos também que, embora concebido para reorientar coberturas em contextos de guerras entre nações, os princípios do JP também se aplicam em narrativas sobre conflitos de ordem social. Neste estudo, tratamos de coberturas acerca da homofobia: uma violência de ordem cultural, que legitima a violência direta, culminando em agressões e mortes de pessoas LGBTQIA+. Conforme o *Dossiê Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil*, em 2022, uma pessoa LGBTQIA+ foi morta a cada 32 horas: foram 228 homicídios, sendo as principais vítimas as mulheres transsexuais, travestis e homens gays.

Diante desses números, argumentamos que, tal como ocorre nas guerras tradicionais, a questão da homofobia é responsável por dizimar uma parcela considerável da população. Entendemos que, por se tratar de uma violência tão presente na sociedade, a representação jornalística sobre a homofobia aponta caminhos de soluções, sobretudo no que tange à denúncia dos casos e fomento de uma reflexão crítica frente a um cenário social marcadamente patriarcal, em que a homofobia está naturalizada nos discursos.

Metodologia e análises

Como objeto de análise, selecionamos o portal de notícias do Grupo Globo, o G1, para compreender como é construído o discurso deste veículo no que diz respeito à homofobia. Criado em 2006, o G1 se consolidou como o portal de notícias mais acessado

do país e, mensalmente, atinge em média 55 milhões de usuários¹⁰; além do próprio site, o conteúdo do G1 também pode ser acessado por meio de aplicativo para smartphones. Os conteúdos produzidos têm abrangência nacional, internacional e regional, sendo que todas as regiões do Brasil são contempladas pelo veículo, que conta com sucursais em locais estratégicos. Entendemos que a perspectiva do JP pode ser assumida na produção jornalística em diversas plataformas e meios. O jornalismo no segmento on-line tem o diferencial de utilizar estratégias diversas para aprimorar a contextualização dos acontecimentos narrados, tais como hiperlinks, vídeos, áudios, galerias de fotos, entre outras (Barbosa, 2002). Nossas análises se concentram nas produções textuais.

Conforme Bardin (2011, p. 42), a análise de conteúdo corresponde a um conjunto de técnicas que viabiliza a inferência de conhecimentos relacionados às condições de produção e recepção de mensagens a partir de três fases: pré-análise, categorização e inferências. Na fase da categorização, o pesquisador identifica as tendências prevaletentes no material analisado, o que ajuda a colocar ordem em uma aparente desordem; assim, as categorias seriam como “gavetas” ou “rubricas” para classificar os elementos de significação que constituem a mensagem (Bardin, 2011). Em suma, a exploração do material garante uma visão holística das formas simbólicas analisadas e auxilia o pesquisador a confrontar os conteúdos do material de análise com base em categorias desenvolvidas a partir das teorias que embasam o objeto analisado.

Sustentados pelas proposições de Galtung (2006) acerca do JP e das formulações relacionadas à homofobia enquanto expressão de violência cultural, formulamos categorias para orientar as análises dos textos jornalísticos. O quadro 1 sintetiza as categorias, elaboradas a partir das fundamentações de Cabral e Salhani (2017, p. 10), que apresentam as distinções entre o jornalismo para a paz e o jornalismo de guerra/violência; a intenção dos autores não é impor um olhar maniqueísta, mas fornecer uma perspectiva didática que viabilize a consecução de análises críticas acerca dos direcionamentos que prevalecem narrativas jornalísticas em contextos de conflito.

¹⁰ Informação divulgada pelo G1 em sua página institucional. Disponível em: <https://g1.globo.com/institucional/sobre-o-g1.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2023.

Quadro 01: Categorias e análise

Categoria	Descrição
Cobertura orientada para a paz	Explora a formação do conflito; há partes e objetivos específicos; Transparência ao narrar o conflito. Concede voz a todas as partes; empatia; compreensão. Enxerga o conflito como problema e tem foco na criatividade. Humaniza todas as partes. Prioriza a prevenção, antes que o conflito ocorra. Foco nos efeitos invisíveis da violência (traumas e danos presentes na estrutura e na cultura).
Cobertura orientada para a violência	Foco na arena do conflito; há duas partes e um objetivo: vencer. Obscurantismo ao narrar o conflito. "Nós x Eles". Voz concedida somente a um lado do conflito. Enxerga uma das partes como problema. Foco nos efeitos visíveis da violência (dimensão direta).
Cobertura orientada para as pessoas	Foco nos atores sociais envolvidos no conflito; concede espaço aos grupos menos privilegiados.
Cobertura orientada para as elites (grupos dominantes)	Concede enfoque aos grupos sociais dominantes. No caso das coberturas acerca da homofobia, contribui para a naturalização de visões heteropatriarcais.
Cobertura orientada para soluções	Destaque para iniciativas empenhadas na paz e prevenção de conflitos. Foca na estrutura, na cultura e em uma sociedade pacífica. Resultado: resolução, reconstrução, reconciliação.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Cabral e Salhani (2017, p. 10)

Com base nos pressupostos estabelecidos na fase da pré-análise, selecionamos os textos publicados pelo G1 nos meses de maio e junho de 2023. No primeiro contato com os materiais, realizamos uma busca relacionada à temática homofobia e, para tanto, fizemos uma pesquisa no campo do portal dedicado a este fim, onde é possível encontrar conteúdos desenvolvidos pelo veículo, com a seleção de palavras e períodos de publicação. Com isso, identificamos 48 publicações nesses dois meses, entre reportagens e notas, que, de alguma forma, versaram sobre a homofobia. Não consideramos os conteúdos audiovisuais, que muitas vezes são produzidos pelas praças do Grupo Globo e compartilhadas no portal.

Neste artigo, selecionamos narrativas jornalísticas elaboradas em contextos de violência motivada por homofobia, tendo em vista que nosso objetivo é justamente verificar como uma grande mídia jornalística atua na representação dessa temática. Frisamos que, embora sucinto, o escopo analítico indica pistas de como os critérios do Jornalismo para a Paz podem ser aplicados em análises críticas de narrativas jornalísticas, como forma de indicar as tendências prevaletentes nas coberturas, isto é, as matérias estão focadas na

mera reprodução da violência ou apontam possibilidades de superação? Como afirmam Cabral e Salhani (2017), as coberturas jornalísticas consistem em escolhas de enquadramento, linguagem e outros elementos que podem estar a serviço da humanização e distantes da ênfase na violência direta.

Na sequência, procedemos com a leitura do material e dividimos os textos de acordo com as categorias de análise do quadro 1. O gráfico a seguir nos auxilia a visualizar a frequência dos textos em cada uma das categorias apresentadas.

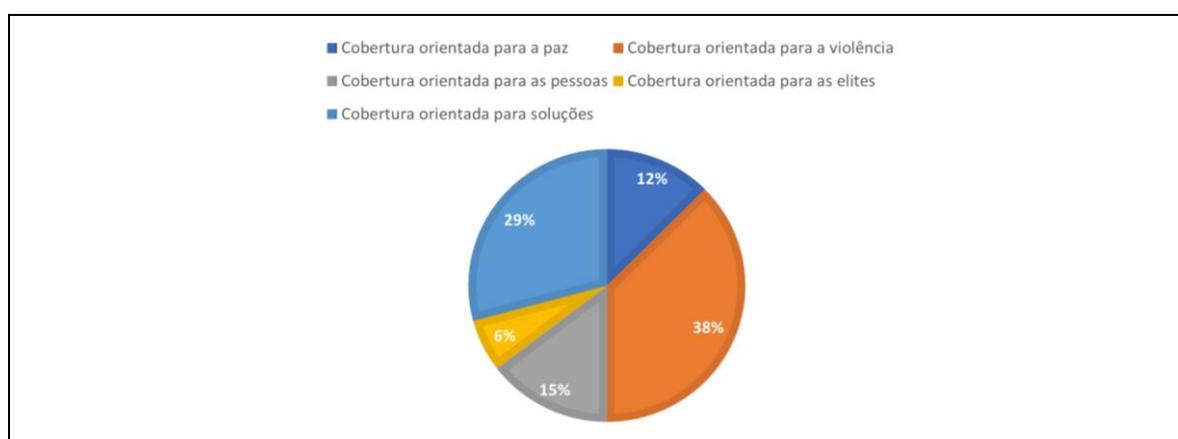


Gráfico 1: Frequência das narrativas a partir das categorias analíticas. Criado pelo autor

Observa-se que as coberturas realizadas pelo G1 neste período foram equilibradas, ainda que a maior parte dos textos, ou seja, 38%, esteja com orientações para a violência (18 matérias). O foco na violência é precisamente uma realidade a qual a perspectiva do JP faz oposição, haja vista que, por se concentrarem na violência em sua dimensão direta, essas coberturas nem sempre contextualizam o conflito, o que limita as reflexões sobre suas raízes mais profundas – violência estrutural e cultural (Salhani; Santos; Cabral, 2020) –, que muitas vezes se encontram naturalizadas na estrutura social. A seguir, selecionamos alguns exemplos de matérias em cada uma das categorias mencionadas e apresentamos análises qualitativas com base no arcabouço teórico do JP¹¹.

Dentre as matérias do G1 cujo direcionamento se aproxima da violência, está *Casal de brasileiros é espancado em Lisboa e deixa cidade por medo* (Leão, 2023), publicada em 29 de maio. O texto acompanha um vídeo que traz o depoimento do casal vítima de

¹¹ Não especificamos as editorias nas quais as matérias foram publicadas, visto que o portal não disponibiliza esta informação.

agressão em um bar na cidade de Lisboa, Portugal; além disso, divulga fotos de ambos com os hematomas à mostra. A ênfase da narrativa está na violência direta, que como aponta Galtung (1969), corresponde àquela na qual vítimas e agressores são evidenciados e facilmente identificados. O texto apresenta depoimentos das próprias vítimas, que relatam a agressão detalhadamente. Um dos fundamentos do jornalismo orientado para a paz é apresentar todos os lados do fato narrado e, nesse aspecto, percebemos falta de contraponto; no entanto, o texto traz a informação de que a equipe de reportagem tentou contato com o estabelecimento português, mas não havia recebido retorno; foi reproduzida uma nota que o estabelecimento divulgara em suas redes sociais, sinalizando que iria apurar a ocorrência. Há uma crítica também à omissão da polícia portuguesa, trazida a partir dos depoimentos das vítimas.

O foco do texto está na arena do conflito, que é uma característica marcante do jornalismo de guerra/violência (Cabral; Salhani, 2017). Há a intenção de denunciar uma violência de motivação homofóbica, mas o texto não traz informações que poderiam resultar em uma abordagem mais crítica, por exemplo, sobre como esses crimes são tratados pela justiça de Portugal. As coberturas jornalísticas para a paz prezam pelo equilíbrio e garantem atenção a todas as etapas do que está sendo narrado: “o antes (o que levou àquela situação), o durante (o que deve ser feito para transformá-la) e o depois (legado: quais são as consequências e estratégias de prevenção)” (Cabral, Salhani, 2017, p. 15).

Outro exemplo de narrativa que se enquadra na categoria orientada para a violência é *Mulher trans é agredida a marteladas na rua em Esteio; três homens foram presos* (Campos, 2023), publicada em 29 de abril. É relatado um caso de transfobia, porém, o primeiro ponto a ser tensionado é o fato de não haver um aprofundamento sobre este tipo de violência marcadamente presente na sociedade brasileira. A matéria focaliza a violência direta, com a descrição da agressão, o que, segundo Galtung (2006), é característico das construções jornalísticas que se afastam da perspectiva da paz. De modo sucinto, o texto expõe os dizeres da advogada da mulher trans agredida, que afirma a necessidade de que casos de transfobia precisam ser denunciados; todavia, não indica caminhos para isso, se afastando do que Lynch e McGoldrick (2005) consideram como uma das missões do JP, que é garantir oportunidades para que a sociedade busque soluções diante da violência.

Na categoria cobertura orientada para a paz, exemplificamos por meio das matérias *Em 10 anos, número de casamentos homoafetivos aumentou 850% no ES* (Oliveira, 2023), publicada em 17 de maio, e *Projeto oferece apoio psicológico gratuito para comunidade*

LGBTQIA+ em Uberlândia (Borges, 2023), de 17 de maio. O primeiro texto apresenta uma realidade de superação diante da homofobia. Produzida no Estado do Espírito Santo, a reportagem divulga dados quanto ao registro de casamentos homoafetivos efetivados na região. No entanto, o foco não está somente nos dados, mas também na apresentação de personagens que relatam suas histórias, como é o caso de Elissandra de Souza, casada há 19 anos com Andréa Miguel.

O texto destaca os dizeres da personagem: “A importância de formalizar a união vai desde a certificação de que temos os mesmos direitos e deveres que os casais héteros e reafirma o nosso compromisso diante da família e sociedade”. Por fim, a matéria também apresenta uma tabela com os números de todos os casamentos homoafetivos realizados no Estado, de 2013 a abril de 2023. Um ponto importante a ser destacado e que se aproxima do jornalismo orientado para a paz é o tópico que encerra o texto, trazendo informações sobre os procedimentos a serem realizados pelas pessoas que desejam formalizar o casamento; o texto presta serviço ao trazer detalhes quanto aos prazos e documentos necessários. Isso vai ao encontro do JP, no sentido de propor “soluções que podem levar à paz de maneira mais eficiente” (Salhani; Santos; Cabral, 2020, p. 6).

O segundo texto, por sua vez, divulga o projeto Somos, da Universidade Federal de Uberlândia, que oferece acompanhamento psicológico à comunidade LGBTQIA+ da cidade. Destaca-se o fato de a matéria ter sido publicada na data em comemoração ao Dia Internacional de Combate à LGBTQIA+fobia (17 de maio), com direcionamento que atende à prestação de serviço, um dos princípios do jornalismo. A divulgação de iniciativas como essa vai ao encontro da perspectiva da paz, que se ocupa em conceder visibilidade aos processos e práticas que sigam na contramão de lógicas violentas (Arévalo Salinas, 2014).

A matéria *Igarassu sanciona lei que proíbe contratação de condenados por racismo e homofobia para cargos públicos* (Ferraz; Soares, 2023), publicada em 20 de maio, se encaixa na categoria cobertura orientada para soluções. Observamos o empenho da narrativa em apontar soluções para o enfrentamento de situações de violência. Já na linha fina é possível observar tal direcionamento: “Especialistas ouvidos pelo G1 enxergam medida como avanço importante, mas ponderam que morosidade da justiça não pode ser usada para proteger criminosos”. O texto discute uma nova lei de Igarassu, no Recife, que proíbe pessoas condenadas por crimes de racismo e homofobia de assumirem cargos na administração pública do município.

Contemplando múltiplas vozes, que é uma característica do Jornalismo para a Paz (Cabral; Salhani, 2017), a matéria apresenta visões de especialistas e representantes dos movimentos negro e LGBTQIA+, com foco nas críticas relacionadas à morosidade nas decisões e suas possíveis consequências, como podemos perceber no trecho: “De acordo com a advogada Patrícia Teodósio, o poder público possui mecanismos que, se bem aplicados, podem evitar que criminosos sejam protegidos pela demora na conclusão dos processos”. Vale ressaltar a importância de textos jornalísticos que elucidam pontos sobre a legislação, para que o público interessado tome conhecimento sobre seus direitos. No que tange à criminalização da homofobia no Brasil, ainda imperam muitas dúvidas e, nesse sentido, as coberturas jornalísticas impelidas em enfrentar essa violência podem indicar esclarecimentos.

No que tange às coberturas com foco nas elites, exemplificamos por meio da matéria *Por que psicóloga praticando crime de homofobia no Rio não foi presa em flagrante* (Rodrigues, 2023), de 31 de maio. A ênfase na narrativa é o aspecto jurídico relacionado ao flagrante de práticas homofóbicas, como ocorrido no Rio de Janeiro, onde uma psicóloga proferiu ofensas homofóbicas a funcionários de um restaurante. Desse modo, para explicar como a justiça atua nesse sentido, a matéria enfatiza o posicionamento de juristas. Compreendemos que este é o foco do texto, mas vale destacar que a tendência de “reportar somente o posicionamento de fontes oficiais, eventos em vez de processos e dualismos em relação às partes envolvidas nos conflitos” (Cabral; Salhani, 2017, p. 5) é recorrente no jornalismo, o que se distancia da perspectiva do JP.

A cobertura orientada para as pessoas, por outro lado, privilegia as múltiplas vozes integrantes do conflito narrado, e não somente as fontes oficiais e legitimadas (Galtung, 2006; Cabral Salhani, 2017). Como exemplo, encontramos a publicação de 17 de maio, intitulada *Contra preconceito, comunidade LGBTQIAP+ pede mais diálogo, humanização e respeito* (Santos, 2023). Logo na introdução, a reportagem enfatiza os sujeitos inseridos no conflito: “Nesta quarta-feira (17) é comemorado o Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia. Para falar sobre o assunto pela ótica de quem sente na pele e vive os desafios diários impostos pela sociedade, o G1 trouxe relato de pessoas da comunidade LGBTQIAP+”.

Na sequência, o texto traz diversos relatos de pessoas que sofreram violência homofóbica, tanto direta quanto indiretamente e traz relatos de pessoas trans, gays e lésbicas, com a intenção de contemplar a diversidade da população LGBTQIA+. Ainda que

haja a falta de representatividade de outros grupos pertencentes à sigla, a narrativa demonstra proximidade à perspectiva do JP, especialmente por se propor a ser direcionado às pessoas, destacando, em suas coberturas, o sofrimento de todos os grupos, especialmente as minorias sociais (Salhani; Santos; Cabral, 2020).

Considerações finais

Este estudo trouxe reflexões sobre o Jornalismo para a Paz como possibilidade para a efetivação de leitura crítica acerca de um conflito latente na sociedade brasileira: a homofobia. A perspectiva teórica dos Estudos para a Paz proporciona competências analíticas que auxiliam os pesquisadores a olharem para os conflitos de ordem social e propor caminhos para uma possível resignificação. O Jornalismo para a Paz sugere a reorientação dos enquadramentos jornalísticos condicionados em reproduzir estruturas de violência; trata-se de uma possibilidade teórica e metodológica, que pode ser assumida como chave de leitura de narrativas em contextos de violência. Na prática profissional, a perspectiva tem o potencial de servir de roteiro capaz de conduzir a produção dessas narrativas, apesar dos limites impostos pelo atual contexto das redações, que, inseridas em um modelo de produção capitalista, muitas vezes optam por caminhos considerados pragmáticos e preterem elementos importantes da prática, como a contextualização dos fatos narrados, contemplar todos os atores envolvidos, entre outros aspectos inerentes à atividade jornalística.

Compreendemos que a resignificação de estruturas sociais marcadamente violentas pressupõe um processo de mudança cultural que impacta a dimensão ontológica, afetiva e comportamental da sociedade. Por isso, a superação ou transformação de uma realidade conflituosa implica, sobretudo, um processo de resignificação das lógicas que pautam a sociedade, ou seja, demanda esforços pedagógicos que impliquem a contextualização histórica, política e social do conflito. Para contribuir com a resignificação de um conflito social, a narrativa jornalística deve agir no sentido de identificar a violência, o que é assegurado no próprio ato de narrar o acontecimento. Importante ressaltar também que conflitos são elementos constituintes de qualquer contexto social e o enfrentamento demanda esforço não somente da comunicação, mas também de outras instâncias. A mídia que pratica o Jornalismo para a Paz deve abordar, contextualizar e problematizar o conflito, e, com isso, indicar possíveis vias para a resignificação dessas realidades.

As narrativas jornalísticas podem ser elaboradas no sentido de contribuir para a desnaturalização e ressignificação da homofobia, especialmente se levarmos em conta que a violência cultural é um aspecto pouco percebido, mas muito presente no texto jornalístico, dado que essa prática profissional se constitui como agente integrante da sociedade e, portanto, tende a reproduzir comportamentos dominantes na esfera social. Com efeito, propusemos identificar quais características do JP foram adotadas e quais foram preteridas pelo portal G1 no que se refere às coberturas acerca da homofobia no recorte selecionado. Como apresentado nas breves análises, alguns elementos do JP se fazem presentes nas narrativas, ainda que tal direcionamento não seja assumido ou tampouco conhecido por este veículo. Essa perspectiva propõe um olhar crítico diante dos cânones tradicionais de produção jornalística, com vistas para caminhos que possibilitem coberturas mais abrangentes e humanizadoras.

É justo frisar que o JP não é a única forma de se praticar o “bom jornalismo”, como alertam Cabral e Salhani (2017). O jornalismo cidadão, por exemplo, se empenha em fomentar a cidadania ativa ao contemplar pautas oriundas dos anseios do próprio público e, assim, faz oposição às diversas injustiças provenientes da violência estrutural e cultural. Destaca-se também o jornalismo desenvolvido pelas “mídias alternativas” ou “mídias radicais”, que combatem lógicas hegemônicas e lutam por espaço e representatividade, fazendo ecoar as demandas de grupos sociais cujas vozes são abafadas pela mídia dominante. Assim, é vasto o campo de investigação sobre abordagens jornalísticas que seguem na contramão da lógica dominante e que visam promover emancipação social e superação de violências diversas. O itinerário de Galtung (2006), reproduzido por Cabral e Salhani (2017), aponta diversas possibilidades para futuras investigações relacionadas ao Jornalismo para a Paz, que tenham a finalidade de compreender como se dá a representação da violência e da paz nas coberturas noticiosas.

Referências

ARÉVALO SALINAS, A. I. Periodismo y comunicación para la paz. Indicadores y marco regulatorio. **Revista Comunicación y Ciudadanía Digital – COMMONS**, v. 3, n. 1, p. 57-92, 2014.

ARÉVALO SALINAS, A. I.; FARNÉ, A. Comunicación y cambio social: un análisis desde la investigación centrado en el periodismo. **Cultura, Lenguaje y Representación**, v. 15, p. 11- 19, 2016.

BARBOSA, S. A informação de proximidade no jornalismo on-line. **Contracampo**, Niterói, RJ, n. 7, p. 47-64, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORGES, L. F. Projeto oferece apoio psicológico gratuito para a comunidade LGBTQIA+ em Uberlândia. Portal G1, 17 mai. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3WvyJZS>. Acesso em 20 jun. 2024.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CABRAL, R.; SALHANI, J. Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. **E-Compós**, [S. l.], v. 20, n. 3, 2017. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1371>. Acesso em: 21 jun. 2024.

CAMPOS, J. Mulher trans é agredida a marteladas na rua em Esteio; três homens foram presos. **Portal G1**, 29 abr. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4bPQibj>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FENAJ. Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Disponível em: <https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros>. Acesso em: 22 jul. 2024.

FERRAZ, A.; SOARES, F. Igarassu sanciona lei que proíbe contratação de condenados por racismo e homofobia para cargos públicos. **Portal G1**, 20 mai. 2023. Disponível em <https://bit.ly/3WcSdkt>. Acesso em: 31 ago. 2023.

FERREIRA, M. A. S. V. As origens dos estudos para a paz e seus conceitos elementares: paz, violência, conflito e guerra. In: FERREIRA, M. A. S. V.; MASCHIETTO, R. H; KUHLMANN, P. R. L. (Orgs.). **Estudos para a paz**: conceitos e debates. São Cristóvão: Editora UFS, 2019. p. 47-83.

GALTUNG, J. Peace journalism as an ethical challenge. **Global Media Journal: Mediterranean Edition**, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2006.

GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n.3, p. 167-191, 1969.

GALTUNG, J. **Violencia cultural**. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratuz, 2003.

LEÃO, V. Casal de brasileiros é espancado em Lisboa e deixa cidade por medo. **Portal G1**, 29 mai. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3LwAPSS>. Acesso em: 31 ago. 2023.

LÓPEZ BECERRA, M. H. Reflexiones sobre las desigualdades en el contexto de los estudios de paz. Granada, **Revista Paz y Conflictos**, n. 4, 2011.

LYNCH, J.; MCGOLDRICK, A. **Peace Journalism**. Stroud: Hawthorn Press, 2005.

MASCHIETTO, R.H.; NOBRE, F.; NOGUEIRA, S. G. Compreender para mudar: epistemologia e metodologia dos estudos para a paz. In: FERREIRA, M. A. S. V.; MASCHIETTO, R. H.; KUHLMANN, P. R. L. (Orgs.). **Estudos para a paz: conceitos e debates**. São Cristóvão: Editora UFS, 2019. p. 537-576.

MORIN, E. **Ciência como consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

NOS ALDÁS, E.; SEGUÍ-COSME, S.; RIVAS MACHOTA, A. M. **Comunicación y construcción de paz**. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

OLIVEIRA, F. Em 10 anos, número de casamentos homoafetivos aumentou 850% no ES. **Portal G1**, 17 mai. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3SkAC97>. Acesso em: 31 ago. 2023.

PUREZA, J. M. **Estudos sobre a paz e cultura de paz**. Intervenção proferida no âmbito do Colóquio “Prevenção de Conflitos e Cultura de Paz”, n. 95/96, p. 33-42, Lisboa, 2000.

PUREZA, J. M.; CRAVO, T. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 71, p. 5-19, 2005.

RODRIGUES, M. Por que psicóloga praticando crime de homofobia no Rio não foi presa em flagrante. **Portal G1**, 31 mai. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3ShxXx0>. Acesso em 20 jun. 2014.

SALHANI, J.; SANTOS, H.; CABRAL, R. Uma perspectiva feminista ao jornalismo para a paz. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 28, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/61625>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SANTOS, J. Contra preconceito, comunidade LGBTQIAP+ pede mais diálogo, humanização e respeito. **Portal G1**, 17 mai. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4dbaaXt>. Acesso em: 20 jun. 2024.

VICENTE, M. M. Comunicación y paz activa: un dialogo posible. São Paulo, **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 38, n. 1, 2015. p. 275-292.

Submissão: 27 de set. 2023.

Aceite: 22 de jul. 2024.